dido da DGHEA ou das DRA, consoante o caso, o IFADAP concederá um avanço de 20% sobre a verba orçamentada para o ano respectivo.

4 — Quando se trate de obras executadas por empreitada, deverá ser observado o regime jurídico de adjudicação de obras públicas, designadamente no que respeita a avanços e pagamentos mensais.

10.º

Coordenação do Programa

A coordenação nacional do Programa compete à DGHEA, cabendo-lhe, nessa qualidade, designadamente:

- a) Prestar apoio técnico na execução do Programa, quando para tal solicitada pelas DRA;
- b) Avaliar o índice de realização do Programa e do mesmo informar a Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura (DGPA);
- c) Apresentar à DGPA o plano de actividades e o orçamento do Programa até 15 de Maio do ano anterior.

11.º

Gestão do Programa

A gestão do Programa compete:

- a) À DGHEA, no caso do subprograma de âmbito nacional;
- b) Às DRA, no que respeita aos subprogramas de âmbito regional, cabendo-lhes, nomeadamente:
 - i) Acompanhar e orientar a execução das obras do grupo IV e o cumprimento dos respectivos projectos;
 - ii) Enviar mensalmente à DGHEA os elementos relativos à execução do respectivo subprograma;
 - iii) Enviar à DGHEA as propostas dos planos de actividade e os respectivos orçamentos até 30 de Abril.

12.º

Processo de candidatura

O processo de candidatura às ajudas previstas no âmbito do Programa obedece às seguintes regras:

- a) As intenções de investimento devem ser formuladas pelos interessados junto do serviço regional de agricultura em que se localize o prédio rústico, de acordo com modelo a distribuir por esses mesmos serviços, até 1 de Fevereiro de cada ano;
- b) As intenções de investimento apresentadas serão objecto de uma decisão preliminar até 1 de Abril desse ano;
- c) Os candidatos que tenham obtido decisão preliminar favorável deverão proceder à entrega, junto dos serviços regionais competentes, dos respectivos projectos de investimento até 1 de Outubro;
- d) Os projectos apresentados serão objecto de análise e decisão final no prazo máximo de 45 dias a contar da data de entrega do projecto.

13.º

Formalização das ajudas

Aprovados os projectos de execução relativos às obras do grupo III da responsabilidade das DRA e às obras do grupo IV, as DRA comunicarão aos beneficiários, por escrito, o montante de subsídio aprovado e o prazo para assinatura do contrato de concessão de ajudas.

14.º

Pagamentos

O pagamento das ajudas aos beneficiários será efectuado pelo IFADAP, de acordo com as seguintes regras:

- a) Em projectos que prevejam um investimento superior a 1000 contos, as ajudas serão pagas à medida da execução dos investimentos, até ao máximo de quatro pagamentos anuais e contra entrega dos documentos comprovativos das despesas, devidamente confirmados;
- b) Em projectos envolvendo investimentos de valor inferior a 1000 contos, o pagamento das ajudas será efectuado após confirmação de que a obra se encontra concluída de acordo com o projecto, contra entrega dos documentos comprovativos das despesas, devidamente confirmados.

15.º

Actualização de valores

Os valores referidos no n.º 6.º serão actualizados anualmente por portaria do Ministro da Agricultura, em função do valor ECU.

16.º

Norma revogatória

São revogados a Portaria n.º 6/89, de 4 de Janeiro, e os n.ºs 1.º, 2.º, 3.º e 5.º da Portaria n.º 329/89, de 8 de Maio, na parte que respeita ao Programa de Drenagem e Conservação do Solo.

Ministério da Agricultura.

Assinada em 27 de Janeiro de 1992.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Portaria n.º 112/92**

de 22 de Fevereiro

Considerando que se encontram em funcionamento todos os anos do curso de Medicina Dentária da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra;

Considerando que o número de alunos inscritos e a especificidade do curso obrigam ao reforço de meios, quer materiais, quer humanos;

Considerando que a nível de pessoal docente não foram salvaguardadas pela Universidade as unidades necessárias, tornando-se indispensável proceder ao reajustamento das admissões autorizadas para a Faculdade de Medicina;

Sob proposta do reitor da Universidade de Coimbra e ao abrigo do disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 200-J/80, de 24 de Junho:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º O número de assistentes estagiários, assistentes, assistentes convidados e leitores para a Universidade de Coimbra é aumentado de 50 unidades, sendo fixado em 915.

2.º O recrutamento do pessoal está condicionado à verificação prévia da existência de cobertura orçamental.

Ministério da Educação.

Assinada em 3 de Fevereiro de 1992.

O Ministro da Educação, *Diamantino Freitas Gomes Durão*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Portaria n.º 113/92

de 22 de Fevereiro

Sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, que colheu parecer favorável do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Faro, procede-se à fixação dos critérios de atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros a serem observados no concurso destinado ao preenchimento de uma vaga actualmente existente no contingente fixado para a freguesia da sede do concelho de Albufeira.

Estabelece a presente portaria que na primeira ordem de prioridades figurem as cooperativas de motoristas profissionais, seguidas dos motoristas profissionais exercendo a profissão há mais de um ano e de outros concorrentes.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 74/79, de 4 de Abril:

Manda o Governo, pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o seguinte:

1.º No concurso de atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos ligeiros de passageiros com vista ao preenchimento de uma vaga existente na freguesia da sede do concelho de Albufeira terão prioridade as cooperativas de motoristas profissionais cujo objecto seja a exploração da referida indústria.

2.º A presente portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Assinada em 28 de Janeiro de 1992.

Pelo Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Jorge Manuel Mendes Antas*, Secretário de Estado dos Transportes.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL

Resolução da Assembleia Legislativa Regional n.º 2/92/M

A Assembleia Legislativa Regional da Madeira, reunida em plenário de 24 de Janeiro de 1992, resolveu, em conformidade com o disposto na alínea *d*) do artigo 3.º da Lei n.º 31/87, de 9 de Julho, designar como representante da Região Autónoma da Madeira no Conselho Nacional de Educação o Dr. Jorge Moreira de Sousa.

Aprovada em sessão plenária da Assembleia Legislativa Regional da Madeira em 24 de Janeiro de 1992.

O Presidente da Assembleia Legislativa Regional, em exercício, *António Gil Inácio da Silva*.